



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **0001581-41.2010.5.01.0521**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/08/2010

Valor da causa: R\$ 16.529,60

Partes:

RECLAMANTE: MARCO AURELIO DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO: LEANDRO MARQUES

ADVOGADO: BEATRIZ LIMA DE OLIVEIRA

RECLAMADO: TRANSPORTES E LOGISTICAS TRANSGIL LTDA

ADVOGADO: GABRIEL BATTAGIN MARTINS

RECLAMADO: LUIZ CARLOS GIL

ADVOGADO: VANIA XAVIER PINTO

RECLAMADO: SANDRA MARIA BITTENCOURT GIL

TERCEIRO INTERESSADO: PAULO SERGIO ELIAS DUARTE

ADVOGADO: LEANDRO MARQUES

TERCEIRO INTERESSADO: REUNIÃO DE CREDITORES

ADVOGADO: ALEXANDRE LACERDA DE ANDRADE

ADVOGADO: LEANDRO MARQUES

ADVOGADO: RAQUEL DA SILVA NOGUEIRA

ADVOGADO: LETICIA DE ANDRADE E SILVA

ADVOGADO: BENEDITO DE PAULA LIMA

ADVOGADO: MARCELO CHIEREGATO

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS PINHEIRO GOMES

TERCEIRO INTERESSADO: EDSON BRAZ BENTO

ADVOGADO: LEANDRO MARQUES

TERCEIRO INTERESSADO: LUIZ GONZAGA DE ALMEIDA

ADVOGADO: GABRIEL MAGALHAES CARVALHO

TERCEIRO INTERESSADO: ANTONIO JERONIMO DOS SANTOS

ADVOGADO: LEANDRO MARQUES

LEILOEIRO: RENATO GUEDES ROCHA

TERCEIRO INTERESSADO: EDITAL DE LEILÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE RESENDE
ATSum 0001581-41.2010.5.01.0521
RECLAMANTE: MARCO AURELIO DOS SANTOS SILVA
RECLAMADO: TRANSPORTES E LOGISTICAS TRANSGIL LTDA E OUTROS (2)

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Dr. LEOPOLDO ANTUNES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Juiz do Trabalho Substituto da 1º Vara do Trabalho de Resende, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que será realizado leilão, na modalidade ELETRÔNICA, através do www.rioleiloes.com.br, na seguinte forma:

1º LEILÃO: 13/05/2026, com encerramento às 10:30 horas, com lance mínimo de 70% (setenta por cento) do valor da avaliação.

2º LEILÃO: 13/05/2026, com encerramento às 11:30 horas, com lance mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

2º LEILÃO: 13/05/2026, com encerramento às 12:30 horas, com lance mínimo de 30% (trinta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado.

REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 3º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

LEILOEIRO OFICIAL: Renato Guedes Rocha, JUCERJA sob nº. 211 /2015, com suporte — técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.

TRANSGIL LTDA (CNPJ): 01.051.808/0001-60)

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Gleba E, Zona Rural, Porto Real/RJ.

DESCRIÇÃO DO BEM: Gleba E (desmembrado de área maior), situado em zona rural deste Município de Porto Real/RJ, a seguir descrita e caracterizada: Perímetro com 953,092m. Inicia-se no vértice denominado 26, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Datum SAD 6 9, MC 45°00', coordenadas Plano Retangulares Sistema UTM E=570.94/7248m e N=7.522.313940m. Do vértice 26 segue confrontando com a Gleba C até o vértice 27 (E=570.877,273m e N=7.522.260,373m) com azimute de 232°33'55" na extensão de 88,124m. Do vértice 27 segue confrontando com o acesso existente até o vértice 28 (E=570.8/4098mM e N=7.522.257,942m) com azimute de 232°33'55" na extensão de 3,999m. Do vértice 28 segue confrontando com a área de propriedade do Dr. Felipe Geremias Torturela até o vértice 11 (E=570.710,979m e N=7.522.470,336Mm) com azimute de 322°28'32" na extensão de 267,804m. Do vértice 11 segue confrontando com o Rio Paraíba do Sul até o vértice 12 (E=570.727,180m e N=7.522.495,839m) com azimute de 32°25'34" na extensão de 30,214m. Do vértice 12 confrontando com o Rio Paraíba do Sul até o vértice 13 (E=570.764,148m e N=7.522.548436m) com azimute de 35°06'06" na extensão de 64,289m. Do vértice 13 segue confrontando com o Rio Paraíba do Sul até o vértice 14 (E=570.786,386 m e N=7.522.583,671m) com azimute de 32°15'27" na extensão de 41,666m. Do vértice 14 segue confrontando com o Rio Paraíba do Sul até o vértice 15 (E=570.827,776m e N=7.522.618,191m) com azimute de 50°10'17" na extensão de 53,896m. Do vértice 15 segue confrontando com área de propriedade do Sr. José Roberto até o vértice 30 (E=570.909,224m e N=7.522.512,877m) com azimute de 142°16'56" na extensão de 133,135m. Do vértice 30 segue confrontando até a Gleba D até o vértice 29 (E=570.838,889m e N=7.522.460,515m) com azimute de 233°20'01" na extensão de 87,686m. Finalmente do vértice 29 segue confrontando com a Gleba D até o vértice 26 (início da descrição), com azimute de 143°31'32", na extensão de 182,280, fechando assim o polígono acima descrito com uma área de 39.510757M2? ou 3,951ha. Imóvel rural aparentemente sem benfeitorias/ construções. Imóvel matriculado sob o nº 1.396 no Cartório do Ofício Único de Porto Real/RJ.

AVALIAÇÃO: R\$ 3.952.814,17 (três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e catorze reais e dezessete centavos), em 01 de julho de 2025.

LANCE MÍNIMO NO 1º LEILÃO: 2.766.969,92 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos).

LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: 1.976.407,09 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e nove centavos).

LANCE MÍNIMO NO 3º LEILÃO: R\$ 1.185.844,25 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.

DEPOSITÁRIO: LUIZ CARLOS GIL.

ÔNUS: Penhora e Indisponibilidade nos autos nº 0291000-69.2002.5.01.0521, em favor de Antônio Carlos do Amaral Pinto, em trâmite na 2º Vara do Trabalho de Resende/RJ; Indisponibilidade nos autos nº 0010971-35.2016.5.15.0036, em trâmite na 1º Vara do Trabalho de Assis/SP; Penhora nos autos nº 1001632-15.2015.5.02.0462, em trâmite na 2º Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo/SP; Penhora nos autos nº 0100703-14.2016.5.01.0522, em favor de Mário Donizete de Freitas, em trâmite na 2º Vara do Trabalho de Resende/RJ; Penhora nos autos nº 0100009-64.2024.5.01.0522, em favor de Elaine Cristina da Cruz Silveira, em trâmite na 2º Vara do Trabalho de Resende/RJ. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá ofertar lances pela Internet, através do www.rioleiloes.com.br, efetuarem cadastramento prévio, no prazo máximo de 24h antes do leilão, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar à disposição do Juízo o valor da arrematação, via depósito Judicial, no prazo estabelecido, seguindo as demais regras da forma de pagamento escolhida para cada arrematação.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências.

Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leilado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme

artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do CTN.

Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do leiloeiro.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/ defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

O interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar proposta de parcelamento, conforme as seguintes condições:

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I- O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

II - As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III - Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

IV - Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ATRASSO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre

direito de preferência - lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.

A primeira prestação vencerá 30 dias depois da arrematação e as demais, sucessivamente, independente da emissão da carta de arrematação. Não sendo dia útil, prorroga-se o pagamento para o primeiro dia útil seguinte.

O valor correspondente a 25% será considerado caução, ficando sujeito a perda em caso de atraso no pagamento de 03 prestações.

O registro da hipoteca judiciária sobre o vem deverá ser formalizado no prazo de 30 dias após a data da arrematação. Sendo que, após o pagamento de todas as prestações, ficam a cargo do arrematante as despesas cartorárias para levantamento do registro.

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição de registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fixa-se os honorários do leiloeiro oficial, pelo ato praticado em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, que deverão ser pagos pelo arrematante, para que não se alegue prejuízo das partes no processo de execução. Cientes também, que no ato do pagamento, remição ou acordo entre as partes, serão cobrados os serviços do Leiloeiro, na proporção de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação.

Em caso de adjudicação, os honorários ficam por conta do adjudicante. Os valores em questão serão fixados na(s) avaliação(ões) e deverão ser incluídos na guia de depósito ou no Termo de Conciliação.

Em caso de remição, acordo ou pagamento após a realização do leilão, fará jus o leiloeiro ao percentual de 5% sobre o valor da arrematação, à ser pago pelo Executado, conforme previsão contida no artigo 7º, parágrafo 3º da Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça.

As demais despesas do leilão e demais ônus (impostos e taxas em geral), suportadas pelo leiloeiro na alienação dos bens móveis e imóveis correm por conta do arrematante/remitente, nos casos em que houver arrematação ou remição, respectivamente. Ficam cientes os interessados de que arcarão com os impostos, encargos e taxas para o devido registro.

Eventuais ônus tributários, bem como débitos condominiais que recaiam sobre os imóveis serão sub-rogados sobre o preço da arrematação, conforme o art. 130 do CTN, observado o contido no art. 187 do mesmo diploma legal. Aplicável analogicamente ao IPVA, conforme decisão no AgRg no Resp 1322191/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012.

No caso de veículos, o arrematante não arcará também com IPVA e multas de trânsito eventualmente existentes sobre estes bens até a data da arrematação, em face da natureza originária da aquisição, e na forma dos parágrafos 9º e 10º do artigo 328, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como em face de seu caráter personalíssimo.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 8 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrarse e solicitar habilitação no www.rioleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor.

O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances

sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4º Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.

O Leiloeiro Publico Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/ defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13 /07/2016 do CNJ.

Ficam desde logo intimados os RECLAMADOS LUIZ CARLOS GIL, SANDRA MARIA BITTENCOURT GIL, e seus respectivos cônjuges se casados forem, e TRANSPORTES E LOGÍSTICAS TRANSGIL LTDA, na pessoa de seu Representante Legal, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado (s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Resende/RJ, 18 de março de 2026.

Eu, Ana Paula de Brito Albuquerque Pedrosa, Assistente de Secretaria, que o fiz digitar e subscrevi.

LEOPOLDO ANTUNES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Juiz do Trabalho

RESENDE/RJ, 06 de abril de 2026.

ANA PAULA DE BRITO ALBUQUERQUE PEDROSA

Assessor



Documento assinado eletronicamente por ANA PAULA DE BRITO ALBUQUERQUE PEDROSA, em 06/04/2026, às 15:44:12 - 2289a42
<https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/26040615392890600000258435004?instancia=1>
Número do processo: 0001581-41.2010.5.01.0521
Número do documento: 26040615392890600000258435004